

MISA- MOÇAMBIQUE

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O ACESSO
À INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE



Promovendo Diversidade dos Medias - Pluralismo - Auto Suficiência- Independência

2010

Índice

Introdução.....	2
Metodologia de pesquisa.....	3
Análise da Informação.....	3
Resumo dos Resultados Importantes.....	4
Pedidos Escritos: Acesso Recusado.....	4
Constatações Detalhadas.....	4
Conclusões da Pesquisa.....	12
A Instituição mais secretista em Moçambique.....	14
As Instituições Públicas mais abertas em Moçambique.....	14
Recomendações.....	15

O Economista Joseph Stiglitz, que partilhou o Prémio Nobel de 2001 com George Akerlof e Michael Spence afirma, que existe uma assimetria natural de informação, entre aqueles que governam e os governados, muito semelhante à situação prevalecente entre os directores de empresas e os accionistas.

Na mesma publicação, intitulada “Transparência no Governo”, Stiglitz acrescenta que tal assimetria de informação levanta-se, também, em relação aos processos políticos e tem consequências importantes nesse domínio. Ele sublinha que uma vez que tais assimetrias proporcionam aos directores a liberdade de exercer as políticas que são mais do seu próprio interesse, do que dos accionistas, por isso, eles permitem as autoridades governamentais a liberdade de exercer políticas que estão mais no seu próprio interesse do que no interesse dos cidadãos (Stiglitz 2002).

A citação acima encaixa-se muito bem no que acontece em Moçambique, particularmente, no que se refere ao acesso à informação, relativa às actividades e negócios realizados pelos Ministérios e Instituições públicos. Francis Bacon não estaria mais do que certo, quando ele escreveu que “o conhecimento é poder”. Cidadãos informados são capazes e estão preparados, para fazer boas escolhas e participarem na gestão dos seus assuntos, enquanto aqueles que são ignorantes e desinformados já não o são.

A Constituição da República de Moçambique, aprovada em Novembro de 2004, afirma no Artigo 48, no seu ponto 1, que todos os cidadãos têm direito à Liberdade de Expressão e o Direito à Informação. Apesar desta garantia constitucional, não existe um regime estatutário sobre o Direito à Informação em Moçambique.

O acesso à informação, conforme estabelecido nos protocolos regionais, continentais e internacionais, cartas e convenções é um direito fundamental e, como tal, Moçambique tem o dever de respeitar, proteger e fazer cumprir este direito. Um projecto de lei sobre o Direito à Informação, foi submetido pelo MISA à Assembleia da República em finais de Novembro de 2005, mas até à presente data, não foi presente à mesa de debate.

Cerca de 20 Organizações Nacionais da Sociedade Civil, lideradas pelo MISA-Moçambique estão, actualmente, a desenvolver uma advocacia coordenada para influenciar a Assembleia, com vista a pôr em marcha o Projecto de lei. Esta Aliança Nacional das organizações da sociedade civil, foi formalizada em Agosto de 2010 e o MISA espera que com muitas vozes, os fazedores de políticas prestarão a devida atenção.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Entre 30 de Junho e 30 de Agosto de 2010, o MISA dirigiu um estudo para avaliar a transparência e o secretismo no Governo e Instituições públicas em Moçambique.

Oito Instituições foram avaliadas, em relação às melhores práticas internacionais e princípios de direito à informação.

A pesquisa adoptou os métodos qualitativos e quantitativos para a recolha da informação. Questionários escritos foram enviados, para todas as instituições seleccionadas. A primeira categoria limitou-se a avaliar os websites dos Ministérios e Instituições públicas seleccionados para descobrir qual deles detinha a mais importante informação e websites bem ou mal organizados.

A segunda categoria limitou-se ao envio de cartas de pedido de informação específica das Instituições seleccionadas.

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Na **categoria 1** (websites) [n=10], uma pontuação de 0-4 representa falta ou fraca organização do website; 5-6 representa um website razoavelmente organizado; e 7-10 representa um website bem organizado, com uma informação oral mais relevante, que é do interesse público.

Na **categoria 2** (pedidos físicos) [n=9] uma pontuação de 0-4 no critério da avaliação, representa secretismo ou acesso recusado; 5-6 representa abertura razoável; e 7-9 representa abertura. Adicionalmente, uma resposta com a informação solicitada dentro de 2 semanas, constitui abertura, enquanto uma resposta após 30 dias ou nunca, constitui recusa.

As Instituições públicas pesquisadas, foram:

- Autoridade Tributária de Moçambique
- Ministério da Energia;
- Ministérios das Pescas;
- Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE);
- Gabinete Central de Combate à Corrupção;
- Banco de Moçambique;
- Assembleia da República;
- Procuradoria Geral da República.

RESUMO DOS RESULTADOS IMPORTANTES

WEBSITES

Quatro das oito Instituições pesquisadas não têm websites:

- Os quatro websites estavam frequentemente actualizados, detalhados e informativos com a excepção do Ministério da Energia, cujo website era muito fraco sem conteúdo e desenho.
- Nos dois websites tinha a informação sobre procurement e procedimentos de emprego, nomeadamente, a Autoridade Tributária de Moçambique e o Banco de Moçambique.
- Nenhum dos websites tinha informação sobre os orçamentos anuais, contratos assinados ou despesas.

PEDIDOS ESCRITOS: ACESSO RECUSADO

- Cinco das oito instituições públicas do Governo pesquisadas, não responderam à informação solicitada.
- À semelhança do estudo anterior, esta pesquisa concluiu, que o secretismo é o maior problema no Governo e Instituições Públicas em Moçambique.
- As instituições com maior secretismo e mais abertas para 2010 estão listadas no final deste relatório.

CONSTATAÇÕES DETALHADAS

1. Autoridade Tributária de Moçambique

CATEGORIA 1 - WEBSITE

<http://www.at.gov.mz>

O website da Autoridade Tributária de Moçambique, estava actualizado e continha informação útil. Ele tinha informação sobre a legislação, estruturas organizacionais, bem como programas e relatórios importantes, para esta instituição. Foi igualmente possível contactar a instituição, através do website. A informação referente aos contratos assinados pela Autoridade Tributária de Moçambique com outras instituições, estava, também disponível no website, incluindo os nomes das empresas, designação do contrato, montante envolvido, etc; mas tal só foi para 2007 e 2008, uma vez que a informação sobre contratos assinados em 2009 não estava disponível bem como os

orçamentos, as despesas e procedimentos de emprego. Contudo, o website era de uso oportuno.

n = 10 Sim-Não-quase-Não

1. O website tem informação actualizada?

2. O website contém o seguinte:

- a) Descrição de poderes, bem como a informação da estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração;
- b) Uma lista de decretos, leis emanados no âmbito dos seus poderes;
- c) Relatórios, políticas, programas;
- d) Orçamento e despesas;
- e) Informação sobre os procedimentos de procurement, contratos assinados.
- f) Plano de Férias e procedimentos de emprego.
- g) Nome e endereço, número de telefone e horário de trabalho da respectiva instituição.
- h) Tem informação de contacto sobre os oficiais publicados: nome, posição, número de telefone, correio electrónico?
- I) A instituição tem respondido electronicamente aos pedidos/providencia informação solicitada electronicamente?

Total da Pontuação: 8/1045

CATEGORIA2 PEDIDOS ESCRITOS

Foram colocadas as seguintes questões, junto da Autoridade Tributária de Moçambique:

- 1. Os nomes de homens de negócios, cujo comportamento em 2009 pode ser tido como exemplar.
- 2. Os nomes de homens de negócios, que estiveram no topo em termos de evasão fiscal.
Informação recusada Total da pontuação: 0/9

CATEGORY 1 WEBSITE

2. O Director do gabinete da Procuradoria da República

CATEGORIA 1 - WEBSITE

O Ministério das Pescas não tem website. Durante o ano de 2009 o website existiu em www.mozpesca.gov.mz, que foi classificado como “simplesmente fraco. Nunca foi actualizado e contém informação insuficiente sobre o sector.”

Informação Recusada Pontuação total: 0/10

CATEGORIA 2 PEDIDOS ESCRITOS

Um pedido de informação foi enviado ao Ministério das Pescas sobre o seguinte:

1. Os montantes colectados pelo Estado nas exportações de camarão e lagosta para a Espanha em 2008 e 2009.

N= 9 30 dias Sim Não/Nenhuma

1. Existe um oficial designado para responder às informações solicitadas?

Qual é a posição do oficial?

2. Quanto tempo levaram as instituições a providenciar a informação?

3. As instituições responderam oralmente, ou por escrito à informação solicitada? Por escrito.

4. Em que formato foi dada a informação. Se foi dada por (hardcopy, softcopy). Hardcopy.

5. Se a informação não tiver sido dada, houve alguma razão dada por escrito ou oral?

6. A instituição disponibilizou de forma proactiva a informação sobre as operações, estruturas, e registos de orçamentos, como por exemplo flyers e brochuras?

7. Se a informação não for dada dentro de 30 dias considera-se recusa. Informação providenciada.

8. A instituição questionou as razões da solicitação da informação?

9. Como descreveria a atitude dos oficiais, face ao seu pedido de informação (colaborativa, secretista, não suficientemente colaborativa e não colaborativa).

Pontuação total: 7/946

3. Ministério da Energia

CATEGORIA 1 WEBSITE

Endereço URL - <http://www.me.gov.mz>

Este endereço website URL implica fraco. Estava desactualizado e encontrava-se quase no

mesmo estado e com a mesma informação que tinha durante a pesquisa de 2009.

A mensagem de boas vindas era ainda a mesma que foi escrita pelo Ministro em 2007, aquando da criação do website. Este foi o website mais fraco que falhou completamente satisfazer os requisitos almejados nesta pesquisa.

n = 10 Sim-Não-quase-Não

1. O website tem informação actualizada?

2. O website contém o seguinte:

- a) Descrição de poderes, bem como dados sobre a estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração;
- b) Uma lista de decretos, leis emanados no âmbito dos seus poderes;
- c) Relatórios, políticas, programas;
- d) Orçamento e despesas;
- e) Informação sobre os procedimentos de procurement, contratos assinados;
- f) Plano de Férias e procedimentos de emprego;
- g) Nome e endereço, número de telefone e horário de trabalho da respectiva instituição.
- h) Tem informação de contacto sobre os oficiais publicados: nome, posição, número de telefone, correio electrónico?
- i) A instituição tem respondido electronicamente aos pedidos/providencia informação solicitada electronicamente?

Pontuação Total: 1/10

CATEGORIA2 PEDIDOS ESCRITOS

Deste Ministério, solicitamos:

1. Uma cópia de Avaliação do Impacto Ambiental sobre a Barragem Hidroeléctrica de Mpanda Nkua, que o governo pretende construir.

Informação recusada Total da pontuação: 0/9

4. Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)

O IGEPE não dispunha dum website. Continha a mesma avaliação do ano anterior.

CATEGORIA2 PEDIDOS ESCRITOS

Um pedido escrito foi enviado ao IGEPE:

1. Favor de providenciar informação sobre os lucros obtidos pelo Estado nas suas acções na Mcel em 2008 e 2009. 47

n = 9/30 dias Sim, Não/Nenhuma

1. Existe um oficial designado para responder às informações solicitadas? Qual é a posição do oficial?
2. Quanto tempo levaram as instituições a providenciar a informação?
3. As instituições responderam oralmente ou por escrito à informação solicitada? Por escrito.
4. Em que formato foi dada a informação. Se foi dada por (hardcopy, softcopy). Hardcopy.
5. Se a informação não tiver sido dada, houve alguma razão dada por escrito ou oral?
6. A instituição disponibilizou de forma proactiva a informação sobre as suas operações, estruturas, e registos de orçamentos, como por exemplo flyers e brochuras?
7. Se a informação não for dada dentro de 30 dias considerara-se recusa. Informação providenciada.
8. A instituição questionou as razões da solicitação da informação?
9. Como descreveria a atitude dos oficiais, face ao seu pedido de informação (colaborativa, secretista, não suficientemente colaborativa, ineficiente e não colaborativa).

Total da pontuação: 9/9

4. GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

CATEGORIA 1 WEBSITE

A instituição desenhada para combater a corrupção no país não dispunha de um *website*.

Informação recusada Total da pontuação 0/10

CATEGORIA 2 PEDIDO ESCRITO

Um pedido escrito foi enviado ao Gabinete Central de Combate à Corrupção, solicitando informação sobre o seguinte:

- 1.1. Número de funcionários públicos/oficiais acusados de crimes de corrupção em 2009.
- 1.2. Número de funcionários públicos/oficiais acusados de crimes de corrupção durante o primeiro trimestre de 2010.

n = 9 30 dias Sim, Não/Nenhuma

1. Existe um oficial designado para responder às informações solicitadas? Qual é a posição do oficial?
2. Quanto tempo levaram as instituições a providenciar a informação?
3. As instituições responderam oralmente ou por escrito à informação solicitada? Por escrito.

4. Em que formato foi dada a informação. Se foi dada por (hardcopy, softcopy) Hardcopy
 5. Se a informação não tiver sido dada, houve alguma razão dada por escrito ou oral?
 6. A instituição disponibilizou de forma proactiva a informação sobre as suas operações, estruturas, e registos de orçamentos, como por exemplo flyers e brochuras?
 7. Se a informação não for dada dentro de 30 dias considera-se recusa. Informação providenciada.
 8. A instituição questionou as razões da solicitação da informação?
 9. Como descreveria a atitude dos oficiais face ao seu pedido de informação (colaborativa, secretista, não suficientemente colaborativa e não colaborativa).
- Total da pontuação 7/9 48

5. BANCO DE MOÇAMBIQUE (BANCO CENTRAL)

CATEGORIA 1 WEBSITE

[Http://www.bancomoc.mz/](http://www.bancomoc.mz/)

O website do Banco de Moçambique foi muito útil, uma vez que continha quase toda a informação sobre o que nele se realiza. Por exemplo, alguém pode informar-se sobre as taxas de câmbio, mercados, sistema bancário, sistema nacional de compensações, política monetária de Moçambique, legislação fiscal, bem como historial da informação sobre o próprio Banco de Moçambique e a moeda Moçambicana, o Metical.

n = 10 Sim-Não-quase-Não

1. O website tem informação actualizada?
2. O website contém o seguinte:
 - a) Descrição de poderes, bem como a informação da estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração.
 - b) Uma lista de decretos, leis emanados no âmbito dos seus poderes.
 - c) Relatórios, políticas, programas.
 - d) Orçamento e despesas.
 - e) Informação sobre os procedimentos de procurement, contratos assinados.
 - f) Plano de Férias e procedimentos de emprego.
 - g) Nome e endereço, número de telefone e horário de trabalho da respectiva instituição?
 - h) Tem informação de contacto sobre os oficiais publicados: nome, posição, número de telefone, correio electrónico?
 - i) A instituição tem respondido electronicamente aos pedidos/providencia informação solicitada electronicamente?

Total da pontuação: 8/10.

CATEGORIA 2 PEDIDOS ESCRITOS

Um pedido escrito foi enviado ao Banco Central solicitando:

1. Relatório Anual sobre a supervisão dos bancos comerciais em 2009;
 2. Informação referente à situação real do Banco Mercantil de Moçambique.
- Informação Recusada Total da Pontuação: 0/9

6. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CATEGORIA 1 WEBSITE

O Parlamento Moçambicano não dispõe de website, acredite ou não.
Informação Recusada **Total da Pontuação: 0/10**

CATEGORIA 2 PEDIDOS ESCRITOS

Um pedido escrito foi enviado à Assembleia da República de Moçambique solicitando o seguinte:

1. O dinheiro dispendido pela Assembleia da República na última legislatura na aquisição de viaturas para os deputados.
 2. O dinheiro dispendido pela Assembleia da República na última legislatura em assistência médica para os Deputados e seus dependentes.
- Informação Recusada **Pontuação Total: 0/949**

7. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

CATEGORIA 1 - WEBSITE

[Http://www.pgr.gov.mz](http://www.pgr.gov.mz)

A Procuradoria Geral da República acertou num bom website, que contém informação actualizada e os contactos do Procurador Geral, bem como das procuradorias provinciais. A informação sobre os poderes e estrutura organizacional lá se encontra inserida, mas não de uma forma clara, uma vez que só pode ser encontrada na legislação importante listada no website.

A informação sobre o orçamento e despesas, incluindo os procedimentos de procurement não estava disponível.

n = 10 Sim-Não-quase-Não

1. O website tem informação actualizada?

2. O website contém o seguinte:

- a) Descrição de poderes, bem como a informação da estrutura organizacional, as funções e responsabilidades da administração.
- b) Uma lista de decretos, leis emitidas no âmbito dos seus poderes.
- c) Relatórios, políticas, programas.
- d) Orçamento e despesas.
- e) Informação sobre os procedimentos de procurement, contratos assinados
- f) Plano de férias e procedimentos de emprego.
- g) Nome e endereço, número de telefone e horário de trabalho da respectiva instituição?
- h) Tem informação de contacto sobre os oficiais publicados: nome, posição, número de telefone, correio electrónico?
- i) A instituição tem respondido electronicamente aos pedidos/providencia informação solicitada electronicamente?

Total da pontuação: 6/10

CATEGORIA 2 PEDIDO ESCRITO

Enviamos um pedido escrito à Procuradoria-geral da República, solicitando o seguinte:

- 1. Número de procuradores que foram expulsos nos últimos três anos (2007-2009) por se ter provado o seu envolvimento em esquemas de corrupção.

Informação Recusada Total da pontuação: 0/9 50

CONCLUSÕES DA PESQUISA

A análise dos levantamentos deste estudo é um pouco complicada. Se existissem instituições de uma categoria de “meio aberta” e “meio fechada”, pelo menos seis instituições, seriam designados como tal. Mas, este estudo não estava à procura de instituições sem grande entusiasmo, que não eram secretistas nem abertas. Uma organização, ou é secretista, ou é aberta, mas nunca ambos.

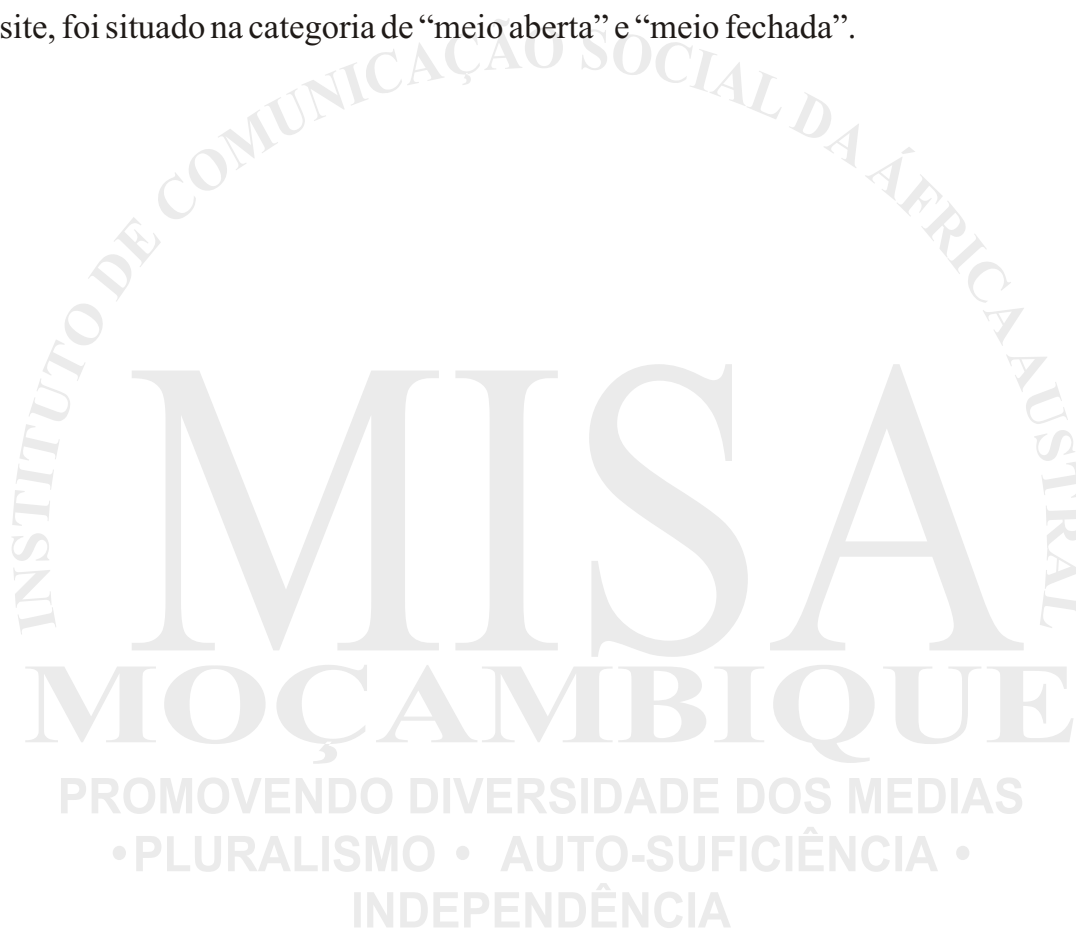
Esta pesquisa, foi confrontada com instituições que não dispunham de websites, mas que responderam convenientemente a todas as questões escritas e providenciaram a informação necessária, dentro dos parâmetros desta pesquisa; tais instituições incluem: o Gabinete Central de Combate à Corrupção, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) e o Ministério das Pescas. Do outro lado do espectro, estiveram as instituições com websites muito informativos e actualizados, mas que falharam em responder às questões escritas ou providenciar a informação solicitada. Estas instituições incluem: o Banco de Moçambique, a Procuradoria-geral da República e a Autoridade Tributária de Moçambique.

No seu registo de abertura ou quebra de secretismo e não transparência, esteve a Assembleia da República, que não dispunha dum website e nem respondeu à informação solicitada por escrito. Seguido do Ministério da Energia, que falhou responder às questões solicitadas por escrito e cujo website era fraco, desactualizado e com conteúdo irrelevante, que até teria sido melhor se não existisse.

Uma vez mais, os resultados da pesquisa mostram que Moçambique tem algumas das mais secretistas instituições e Governos da África Austral, tornando quase impossível para os cidadãos saber das realizações do seu governo. Em comparação com as Instituições Públicas de outros países da SDAC, o Governo Moçambicano e as Instituições Públicas estão isoladas atrás, em termos de utilização das tecnologias de informação para uma melhor e eficiente informação, para os seus cidadãos. Por exemplo, todas as nove e oito instituições estudadas na Namíbia, Zâmbia, Tanzânia e Botswana, respectivamente, tinham os websites em funcionamento.

É simplesmente inaceitável e profundamente preocupante, que por exemplo, um Gabinete de Combate à Corrupção opere sem um website; um instrumento poderoso para informar e interagir com os cidadãos sobre como melhor combater a corrupção. Se esta instituição tivesse um website, aqueles funcionários públicos que querem manter o anonimato,

poderiam confidenciar sobre as práticas corruptas dos oficiais em instituições públicas, ajudando dessa forma o Gabinete a investigar e potencialmente processar os prevaricadores de forma mais eficiente. Se o Gabinete de Combate à Corrupção fosse sério no combate à corrupção, usando todas as plataformas necessárias, um website interactivo, seria o primeiro a ser estabelecido. A eficiência com a qual o Gabinete respondeu às questões escritas, é louvável, não obstante o facto de não possuir um website, foi situado na categoria de “meio aberta” e “meio fechada”.



A INSTITUIÇÃO MAIS SECRETISTA EM MOÇAMBIQUE

Não restam dúvidas que o mais perturbador é que a Assembleia da República de Moçambique seja a instituição mais secretista e não transparente do país. É difícil julgar seriamente a Assembleia da República de Moçambique, tendo em conta este nível de secretismo e ineficiência. O mais natural que se espera de um Parlamento é a transparência e abertura com a função de facilitar o conhecimento e distribuição mais alargada das leis que aprova. Que utilidade tem aprovar leis se os cidadãos nunca chegam a conhecê-las, lê-las, cumpri-las e exercer os seus direitos? Se não for através da tecnologia da informação ou da resposta aos pedidos de informação pelos cidadãos, como é que esta instituição fazedora das leis planeia atingir os seus cidadãos?

O secretismo desta Assembleia, é um embaraço para a nação Moçambicana e também coloca um perigo sério no direito dos cidadãos de conhecer as suas actividades, operações e leis que são necessárias, para eles exercerem os seus direitos sociais e económicos, que estão dependentes do acesso a esta informação. Para o receptor do Prémio Golden Padlock (Prémio da Chave de Ouro) a Instituição pública mais secretista, é a Assembleia da República de Moçambique.

O Ministério da Energia é o fugitivo, cuja ausência de energia no seu website e falta de resposta à mais simples questão de providenciar ao investigador uma cópia sobre a Avaliação do Impacto Ambiental da Barragem Hidroeléctrica de Mpanda Nkua, que o governo pretende construir. É difícil entender como este Ministério opera se ele é incapaz de utilizar a ferramenta ao seu dispor, como é o caso do website.

AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MAIS ABERTAS EM MOÇAMBIQUE

Com base nesta pesquisa, nenhuma instituição pública em Moçambique pode ser considerada como sendo aberta e transparente. Contudo, várias organizações mostraram a sua abertura que é digno de menção.

Os Ministério das Pescas, Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Gabinete Central de Combate à Corrupção, responderam às solicitações escritas, dentro dos parâmetros estabelecidos nesta pesquisa. A sua falha em dispor de um website, afecta-os negativamente.

É importante mencionar a utilidade do website da Autoridade Tributária de Moçambique e do Banco de Moçambique, pelo seu esforço no provimento da informação corrente e importante, incluindo os procedimentos de procurement. A informação sobre os orçamentos, contratos assinados e despesas, teria levado muito tempo. A sua falha em responder às solicitações escritas pesa sobre a não-transparência. De acordo com a pesquisa levada a cabo pela internetstats.com, a penetração da internet em Moçambique é das mais baixas na região tendo-se situado nos 0,9% (200.000) em Março de 2009. Isto significa que, apesar dos seus websites serem bons, eles atingiram um número insignificante de pessoas.

RECOMENDAÇÕES

A cultura de secretismo prevalecente nas instituições públicas; pelo que deve ser considerada como um regime contrário ao acesso à informação. É justo reconhecer que a Constituição do País tem um dispositivo forte, mas sem uma legislação estatutária, ela torna-se ineficiente.

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ÁFRICA SUDESTE
MISA
MOÇAMBIQUE
PROMOVENDO DIVERSIDADE DOS MEDIAS
• PLURALISMO • AUTO-SUFICIÊNCIA •
INDEPENDÊNCIA